

## SINDSAÚDE

# OSS prioriza atendimentos mais lucrativos

## REPORTAGEM LOCAL

O secretário de Finanças do SindSaúde de São Paulo, Gervásio Foganhelli, fez duras críticas ontem sobre a possibilidade do AME de Assis ser gerido por uma Organização Social (OSS), no caso, a Santa Casa de Misericórdia, que foi reconhecida como tal através de decreto publicado no Diário Oficial do Estado nesta semana. "É a privatização da saúde. A população de Assis deverá ter a consciência de que o AME não atenderá a pessoa caso ela procure a unidade médica. Antes, o paciente terá que ser referenciado por uma outra unidade do município", salientou.

Gervásio diz que as OSS foram criadas através da Lei nº 9.637/1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso como Pessoas Jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos. No Estado de São Paulo foi implantada através da Lei Complementar nº 846/98, com um viés privatizante onde o Estado passava serviços essenciais de saúde e

mesmo o gerenciamento de hospitais públicos para organizações que promoviam uma administração privada visando fins lucrativos. "O governo não faz gestão, e sim, transfere a gestão para um terceiro e não cobra nada em contrapartida", ressalta.

Segundo ele, há mais de 10 anos o governo do Estado de São Paulo está entregando a saúde pública para as Organizações Sociais de Saúde (OSS). Ele diz que usando recursos públicos, as OSS priorizam os atendimentos mais lucrativos. "O que vai acontecer com o AME em Assis é a mesma coisa que o governo fez com as rodovias. Investe em melhorias com recursos públicos, as duplicam, constrói obras de arte com dinheiro do povo, e depois entrega para uma concessionária administrar e ganhar rios de dinheiro", frisou.

Em sua visão, as OSS são os descaminhos do SUS. "Usam recursos públicos sem licitação, não prestam contas aos Conselhos de Saúde, privilegiam atendimentos rentáveis e definem serviços e dis-



Gervásio Foganhelli faz sérias críticas à gestão de OSS dos serviços públicos de saúde

tribuem vagas sem controle social nem participação dos municípios", observou. Ele lembra de prontos-socorros de "portas fechadas" que não estão incluídos em serviços de resgate, a separação de leitos para quem tem convênio privado (dupla-porta) e restringem tratamentos prolongados e custosos (doenças crônicas, infectocontagiosas, etc.).

Uma preocupação de Ger-

vásio é que uma OSS administrando o AME pode contratar e demitir pessoal sem controle. "Um fato que merece ser destacado é que as OSS propiciam salários diferenciados, privilegiando cargos de direção", lembra.

De acordo com Gervásio, a transferência da saúde pública para OSS começou com os hospitais estaduais novos. Em seguida, foram partes dos

hospitais antigos e serviços como vigilância, lavanderia e alimentação. Em 2008, passaram a terceirizar serviços laboratoriais. Diante disso, o SindSaúde lançou um dossiê denunciando as irregularidades porque na prática os serviços foram privatizados sem licitação.

Gervásio diz que agora é a vez dos ambulatórios que fazem o atendimento de média

complexidade. "Depois de reformados ou novos, passam a ser chamar AME e são entregues para uma OSS", destaca. Ele diz que estas unidades foram instaladas no mesmo lugar das unidades básicas, que ficaram espremidas em espaços pequenos, prejudicando ainda mais o papel das UBSs de promover a atenção básica à população, nem diminuindo as filas. "Agora o governo municipal iniciou a transferência do AME, via governo do Estado, para as OSS", diz.

Além disso, Gervásio diz que o AME administrado pela OSS privilegia o maior número de consultas sem ficar com o paciente internado. "Quanto mais consultas, mais eles ganham, porque o Ministério da Saúde, via SUS, tem que bancar tais procedimentos. A pessoa fica num processo de ir e vir aos AMEs porque isso é rentável para quem o administra", ressalta. Diante disso, ele pede às forças progressistas da sociedade dizendo que a saúde não é mercadoria. "Não podemos deixar o SUS virar negócio", encerra.

FOTOS: LUCCI CORREIA